

Perfil da Cultura (e do Teatro) a partir de dados das administrações públicas (IBGE) – foco no Nordeste e em Sergipe

MÁRCIA CRISTINA BALTAZAR
DIANDRA SANTOS RODRIGUES XAVIER

■ 39

Márcia Baltazar é atriz, doutora em Artes (UNICAMP) e professora do curso de licenciatura em Teatro da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Dedicou-se à criação coletiva de encenações em espaços públicos e à pesquisa das artes cênicas em territórios violentos. Tem experiência na área de expressão corporal e somática, voz, ação cultural e pedagogia das artes cênicas. Organizadora do livro “Teatro na Margem” (HUCITEC, 2015). Integrante do Grupo de Pesquisa em Pedagogia das Artes Cênicas – GPPAC-ECA-USP.

Afiliação: Universidade Federal de Sergipe - UFS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0456761281464077>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5455-1287>

Diandra Santos Rodrigues Xavier é atriz (DRT/SE 0911), graduanda em Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal de Sergipe -UFS, produtora do Grupo de Teatro A Tua Lona e cofundadora do Gotas de Mar Produções - voltada a escrita criativa. Participou de 2019 até 2020 do Projeto de Extensão: Demandas para a formação em Teatro no Estado de Sergipe, o qual deu origem ao artigo junto com a orientadora Márcia Baltazar.

Afiliação: Universidade Federal de Sergipe - UFS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6772652594336649>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4608-8362>

■ RESUMO

Este artigo mostra os gastos e as políticas governamentais do Brasil para o setor cultural e especificamente para a linguagem teatral. Entende-se que os gastos públicos com Cultura e as políticas e programas governamentais para a área agem como disparadores para a circulação mais igualitária de bens e serviços culturais no País. Este estudo é organizado a partir de dados do IBGE sobre gastos e políticas públicas, equipamentos e atividades culturais no Brasil, focando especificamente no Nordeste e em Sergipe. Nota-se a existência de apoios governamentais às manifestações da cultura tradicional e popular. Com relação a circulação da produção teatral em Sergipe, deduz-se que essa linguagem artística está representada através dos grupos teatrais independentes do estado.

■ PALAVRAS-CHAVE

Políticas culturais, gastos públicos, teatro, Nordeste, Sergipe.

■ ABSTRACT

This article shows government spending and policies for the cultural and the theatrical sectors in Brazil. It is understood that public spending on culture and government policies and programs for the area act as triggers for the more equal circulation of cultural goods and services in the country. This study is organized based on IBGE data on public spending and policies, cultural equipment and activities in Brazil, focusing specifically on the Northeast Region and the state of Sergipe. It notes the existence of government support for the manifestations of traditional and popular culture. Maintaining theatrical circulation in the state is a merit of independent theater groups. There is also a shortage of government investments for theatrical productions and maintenance of theaters and concert halls.

40 ■

■ KEYWORDS

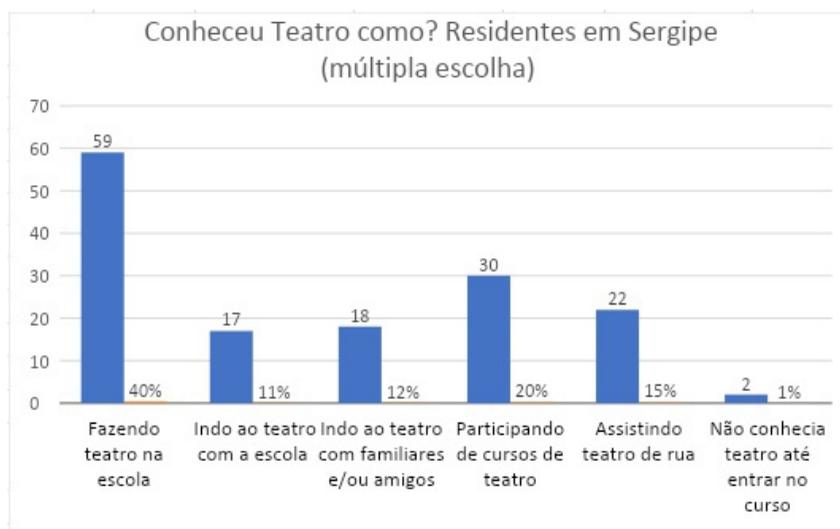
Cultural policies, public spending, theater, Northeast of Brazil, Sergipe.

1.Introdução

No segundo semestre de 2019, questionamos os nossos alunos do curso de licenciatura em Teatro da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sobre como eles(as) conheceram o teatro. Essa pergunta compunha um questionário que ficou disponível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) que continha mais 48 questões sobre as demandas e expectativas de formação e aspectos demográficos e econômicos das pessoas matriculadas no curso de Teatro da UFS naquele período letivo (XAVIER, BALTAZAR, 2020).

De 93 alunos(as) do curso de Teatro que residiam em Sergipe antes de ingressarem na UFS, obtivemos as seguintes respostas sobre como eles conheceram o teatro:

Gráfico 1



Fonte: Questionário “Perfil/Expectativas/Desejos de alunos do Curso de Licenciatura em Teatro da UFS”, nov. 2019.

Observamos que a maioria das respostas se referiu ao contato com a linguagem teatral através da escola, seja fazendo teatro (provavelmente) nas aulas de Artes ou para eventos, seja indo, em excursões, para sessões de teatro fora da escola. 20% dos(as) respondentes participaram de cursos de teatro, provavelmente fora do ensino formal e 15% conheceram também assistindo teatro de rua.

Esses dados lançam luzes sobre como circula a produção teatral no estado de Sergipe e como se dá a formação em teatro entre os sergipanos. Notamos que a Rede de Ensino Básico desempenha um importante papel na formação relacionada à linguagem teatral (experimentação do fazer e do assistir), mas que também há uma circulação de produção teatral para além dos programas e projetos escolares que parece ocorrer na rua, nas salas de espetáculos, nas igrejas etc. Também notamos a importância de cursos de teatro no ensino informal, ou seja, fora da escola.

Tudo isso nos impulsionou a olhar os gastos e políticas governamentais para o setor cultural em Sergipe, e especificamente para a linguagem teatral, com o intuito de entender melhor como é propulsionada a política cultural teatral para a região. Também fizemos uma pesquisa sobre o setor econômico cultural, ou seja, analisando a produção e o consumo de bens e serviços culturais (e teatrais), mais especificamente no Nordeste e em Sergipe, que consta em outra publicação (referência retida para avaliação por pares cega).

Entendemos que os gastos públicos com Cultura e as políticas e programas governamentais para a área agem como disparadores para a circulação de bens e serviços culturais no País. Entendemos também que sem uma condução direcionada para o desenvolvimento da circulação cultural no estado e no Brasil, esta área tenderá a expressões mínimas e exploratórias da indústria (midiática) cultural.

Nesse sentido, organizamos este estudo, a partir de dados do IBGE, sobre gastos e políticas públicas, equipamentos e atividades culturais no Brasil, focando especificamente no Nordeste e em Sergipe.

Baseamo-nos, principalmente, na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que é uma pesquisa do IBGE respondida pelas prefeituras municipais do Brasil sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, compreendendo também as políticas e os registros administrativos dos agentes civis da área cultural (prestadores de serviços autônomos, MEI's¹, agentes culturais, etc.), e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), que aborda os mesmos aspectos da Munic, mas voltados às instituições governamentais estaduais e são respondidas pelos governos estaduais.

Para este artigo, utilizamos os dados do Suplemento Cultura de 2014 da Munic e da Estadic (IBGE, 2015) e de dados do bloco Cultura da Munic 2018, pesquisas também disponíveis na página do IBGE. No decorrer deste texto, essas pesquisas serão referenciadas como Suplemento Cultura 2014 (ou IBGE, 2015) e Munic 2018.

Também apontamos dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) de 2007 a 2018 (IBGE, 2019 a). Esse sistema cruza dados de várias pesquisas do IBGE e fornece indicadores sobre as organizações ligadas a atividades culturais, a ocupação em atividades culturais, despesas com Cultura nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), montante dos incentivos fiscais, etc. Neste artigo nos deteremos aos dados sobre gastos públicos do SIIC, sendo que em outra publicação nos focamos, como dito, a outros aspectos, como empresas e organizações do setor cultural, consumo em cultura e acesso a bens e serviços culturais².

2. Gastos públicos no setor cultural

Segundo o SIIC, “os gastos públicos no setor cultural, consolidados nas três esferas de governo, representaram aproximadamente 0,2% do total das despesas consolidadas da administração pública, para o ano de 2018” (IBGE, 2019 a, p. 160).

¹Microempreendedor individual.

²Este artigo de minha autoria foi aceito para publicação na Revista Moringa sob o título “Setor Cultural de Sergipe (e do Brasil): podemos pensar em desenvolvimento?”

O SIIC mostra que “todas as esferas de governo reduziram suas participações de gastos no setor cultural entre 2011 e 2018” (IBGE, 2019 a, p. 160) e a maior redução de participação ocorreu nos estados (IBGE, 2019 b).

De acordo com o pesquisador do IBGE, Leonardo Athias,

[...] os resultados mostram estagnação e queda dos investimentos com perda de importância da cultura nos gastos públicos das três esferas. Há redução dos investimentos, à exceção do audiovisual, que cresceu em participação. Os investimentos de cultura no Brasil ainda são baixos e perderam importância em relação à inflação. O IPCA cresceu 52% e os gastos tiveram expansão de apenas 28,6%. Já o mecenato, mecanismo criado pela a lei de incentivo à cultura, ficou estagnado em R\$ 1,3 bilhão (Apud NERY, 2019, p.2).

Quanto aos dispêndios em cultura, através de incentivos fiscais, a soma desses investimentos, em 2018, representava aproximadamente 14% da despesa orçamentária total com cultura das três esferas de governo.

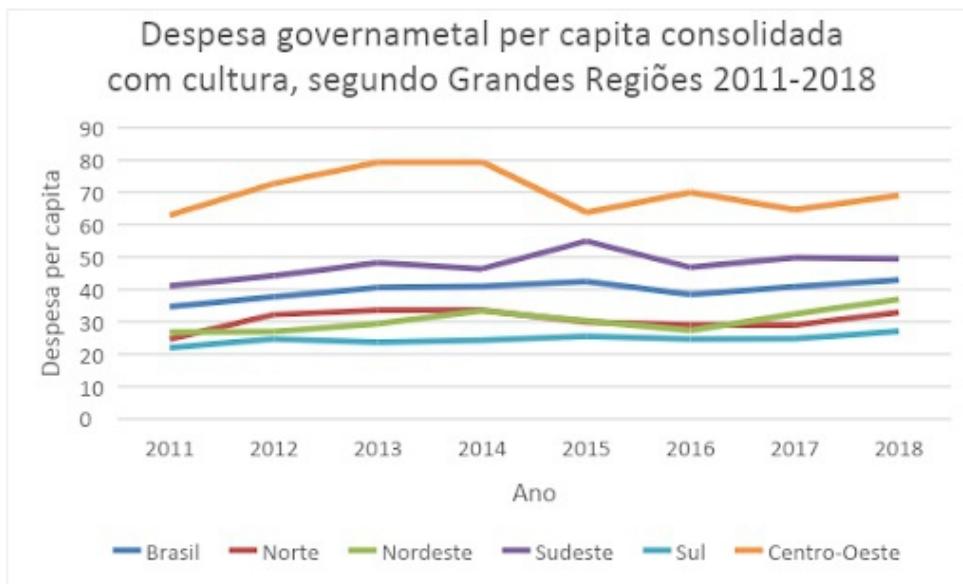
■ 43

Em 2011, foi captado um total de R\$ 1,325 bilhão para promoção de projetos culturais, sendo R\$ 1,225 bilhão via renúncia fiscal (92,5% do total) e R\$ 99 milhões (7,5% do total) efetivamente investidos pelo setor privado. Em 2018, o valor captado teve redução de aproximadamente 2,3%, caindo para R\$ 1,295 bilhão, sendo R\$ 1,272 bilhão via renúncia fiscal (98,2%) e R\$ 23 milhões (1,8%) efetivamente investidos pelo setor privado. (IBGE, 2019 a, p. 100).

Há uma grande concentração dos recursos advindos da isenção fiscal nas Regiões Sudeste e Sul, que juntas representavam mais de 90% da captação total de recursos para projetos culturais. No entanto, os dados mostram que o setor estatal gasta mais em cultura que o setor privado.

Em relação às despesas governamentais per capita consolidadas com cultura, segundo Grandes Regiões no período entre 2011 e 2018, fizemos o seguinte gráfico:

Gráfico 2



“Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios. 2. ESTIMATIVAS de população. In: IBGE. Sidra : sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2019]. tab. 6579. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579>>. Acesso em: nov. 2019” (IBGE, 2019 a, p.92).

A partir do Gráfico 2 observamos que o gasto governamental per capita com Cultura foi maior que a média do Brasil nas Regiões Centro-Oeste (devido aos gastos federais no Distrito Federal) e Sudeste durante todo o período analisado. Percebemos também que a Região Sul foi a que apresentou menores gastos per capita governamentais e a Região Nordeste disputou com a Região Norte o penúltimo lugar em gastos públicos com Cultura na série temporal, mas ficou no patamar de R\$ 36,92 em 2018, acima da Região Norte.

Do total de gastos públicos com Cultura, os municípios são que mais gastam entre as três esferas governamentais. São também os municípios que, na maioria das vezes, em função da proximidade com a população beneficiada, administram as verbas federais e estaduais transferidas para a Cultura.

3. Políticas públicas para a Cultura

Abaixo, traremos alguns dados sobre as políticas públicas municipais encontradas nas Munic’s 2014 e 2018. Essas pesquisas se baseiam em municípios brasileiros e para comparação dos índices que apresentaremos é preciso levar em conta que o Brasil tem 5.570 municípios, totalizando 100% nos estudos. O Nordeste apresenta 1.794 (32,21%) desses municípios e Sergipe (o menor estado do Brasil) possui apenas 75 municípios.

Em 2014, 2.029 (36,4% do total) municípios brasileiros ofereceram cursos de capacitação para servidores e gestores públicos da Cultura, sendo que para a Região Nordeste essa proporção foi de 29% dos municípios.

De acordo com o Suplemento Cultura de 2014 (IBGE, 2015) apenas 171 municípios declararam que mantinham ou mantiveram Consórcios Intermunicipais de Cultura. Dentre esses municípios não havia nenhuma capital e eram, geralmente, municípios pequenos, de até 50.000 habitantes, que mais se consorciaram. No Nordeste, 41 municípios declararam participarem (ou tendo participado) de consórcios intermunicipais, em 2014, para desenvolverem atividades como fóruns intermunicipais, itinerância de programação artística e cultural e manutenção de grupos artísticos permanentes.

Uma política que se destaca bastante nos municípios é a promoção, fomento ou apoio a iniciativa cultural específica para o campo da diversidade cultural, como a cultura popular. Em 2014, no Brasil, 3.519 (63,2%) municípios possuíam políticas de valorização da cultura popular; desses, 1.267 estavam no Nordeste, o que representava 70,6% dos municípios nordestinos, e 48 era municípios sergipanos (64% dos municípios do estado).

Já com relação a implantação, reforma ou modernização de equipamentos culturais, as bibliotecas públicas (2.464 municípios) e os centros culturais (1.060 municípios) são os equipamentos nos quais mais os municípios investiram nos 12 meses abrangidos pela pesquisa Munic 2014. Também na Região Nordeste esses foram os equipamentos que receberam mais investimentos. Os teatros ficaram em quarto lugar no *ranking* de investimentos, abaixo dos museus, tanto no Brasil, quanto no Nordeste (137 municípios em 2014).

Comparando a evolução de gastos nesses equipamentos entre os anos 2014 e 2018, percebemos uma diminuição de investimentos em bibliotecas públicas (2.053 municípios brasileiros em 2018) e um ligeiro aumento de investimentos em centros culturais (1.075 municípios em 2018). Quanto aos teatros, houve diminuição, passando de 626 municípios com investimentos em 2014 para 595, em 2018 (94, no Nordeste).

Também avaliamos a quantidade de teatros e salas de espetáculos. Observamos na Tabela 1 que o número total de municípios com teatros e/ou salas de espetáculos diminuiu de 1.303, em 2014, para 1.145, em 2018. No entanto, a quantidade desses equipamentos mantidos pelo poder público municipal aumentou de 1.170 para 1.499 no período. No Nordeste, observamos a mesma tendência: diminuição dos municípios com teatros e salas de espetáculos (de 307 para 259) e aumento dos equipamentos mantidos pelo poder público municipal (de 269 para 313) entre os anos 2014 e 2018. Idem em Sergipe. Desses dados, podemos supor que muitos teatros e salas de espetáculos foram fechados no período e alguns, já existentes, passaram para a administração pública municipal.

Tabela 1

Municípios com existência de teatros ou salas de espetáculos e a quantidade destes equipamentos mantidos pelo poder público municipal – 2014 e 2018.

Teatro ou sala de espetáculos (2014)	No Brasil	No Nordeste	Sergipe
Total de municípios	1.303	307	12
Equipamentos mantidos pelo poder público municipal	1.170	269	7
Teatro ou sala de espetáculos (2018)	No Brasil	No Nordeste	Sergipe
Total de municípios	1.145	259	7
Equipamentos mantidos pelo poder público municipal	1.499	313	9

46 ■

Fontes: Tabela 62, Suplemento Cultura/Munic 2014. Tabela 94, Bloco Cultura/Munic 2018

Entre os municípios que promoveram cursos de capacitação livre ou profissionalizante, as atividades mais promovidas no Brasil, no Nordeste e em Sergipe foram artesanato, música, dança e teatro, nessa ordem, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2
Municípios com promoção de curso de capacitação livre ou profissionalizante em atividades de cultura – 2014.

	No Brasil	No Nordeste	Em Sergipe
Artesanato (1º lugar)	1.687	509	13
Música (2º lugar)	1.669	447	10
Dança (3º lugar)	1.550	470	8
Teatro (4º lugar)	1.011	304	5

■ 47

Fonte: Tabela 38, Suplemento Cultura/Munic 2014.

De acordo com a Estadiv 2014, o governo estadual de Sergipe, no ano de referência da pesquisa, havia financiado festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares, eventos, apresentações musicais e seminários. Atividades como montagens teatrais, publicações, desfile de carnaval, concursos/prêmios, feira de livros e programas de rádio e TV não tiveram apoio financeiro estadual no período (IBGE, 2015, p. 68).

Quanto às atividades culturais financiadas pelos municípios, selecionamos as duas principais, tanto no Brasil, quanto no Nordeste e em Sergipe: 1 - festas, celebrações e manifestação tradicional e popular e, 2 – eventos. A partir desses dados, mostramos um comparativo entre os financiamentos municipais de montagem de peças teatrais em 2014 e 2018 na tabela abaixo.

Tabela 3 Municípios com apoio financeiro a atividades culturais - 2014

2014	No Brasil	No Nordeste	Sergipe
Montagem de peça	1.465	487	10
Festas, celebrações e manifestação tradicional e popular	4.474	1.499	56
Eventos	3.351	1.089	32
2018	No Brasil	No Nordeste	Sergipe
Montagem de peça	1.685	616	9
Festas, celebrações e manifestação tradicional e popular	4.762	1.635	68
Eventos	4.219	1.448	54

48 ■

Fontes: Tabela 40, Suplemento Cultura/Munic 2014. Bloco Cultura/Munic 2018.

Percebemos que 27%, em 2014, e 34%, em 2018, dos municípios nordestinos financiaram montagem de peças, ficando a Região Nordeste, em 2018, acima da média nacional de municípios que apoiavam peças teatrais (30%). Em torno de 12,5% dos municípios sergipanos realizaram investimentos em montagens teatrais.

4. Agentes culturais

A Munic pesquisou também a existência de grupos artísticos nos municípios e,

[...] para os 19 tipos de grupos artísticos pesquisados nos municípios brasileiros, os de artesanato estavam presentes em 78,6% das cidades, seguido pelas manifestações tradicionais populares (71,9%), de dança (68,5%), banda (68,4%), de capoeira (61,7%), grupos musicais (54,6%), corais (50,4%), blocos carnavalescos (46,9%) e os de teatro (43,4%). Não se pode deixar de notar que a música e a dança percorrem transversalmente o conteúdo das manifestações culturais nos municípios, exceção ao artesanato. (IBGE, 2015, p. 22).

Outros dados que nos chamaram atenção foram sobre a existência e a manutenção de Grupos de Teatro nos municípios. Assim temos a Tabela 4 que mostra que, no Brasil, havia 43% de municípios com grupos teatrais em 2014, sendo que em 41,5% desses municípios haviam grupos mantidos pelo poder público.

Esses índices, para o Nordeste eram de 48% de municípios com grupos teatrais, sendo 36% deles com grupos mantidos pelo poder público. E para Sergipe, tínhamos, em 2014, 43% de municípios com grupos teatrais, sendo apenas 10% deles com algum grupo mantido pelo poder público.

Tabela 4
Municípios com existência de grupos artísticos, por modalidade Teatro - 2014

GRUPOS DE TEATRO	No Brasil	No Nordeste	Sergipe
Existência	2.415	867	32
Mantido por poder público	1.004	312	3

Fonte: Tabelas 42, Suplemento Cultura/Munic 2014.

■ 49

Quanto aos Pontos de Cultura, em 2018, existiam 2.164 Pontos distribuídos em 962 municípios do país. Desses, 699 municípios estabeleciam parcerias com os Pontos de Cultura. Já no Nordeste, existiam 835 Pontos, distribuídos em 414 municípios, dos quais 272 tinham ações em parceria com Pontos de Cultura. Em Sergipe, tínhamos 16 Pontos distribuídos em nove municípios e desses, três municípios realizavam ações em parceria com algum Ponto de Cultura.

5. Política Coletiva de Cultura

A formulação e a execução de políticas públicas voltadas para a Cultura mostram a importância do tema para os governantes. Nesse sentido foram pensadas estratégias para que todos os municípios e estados brasileiros tivessem seus Planos de Cultura, os quais são postulados pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Esta articulação posiciona a cultura dentro do circuito institucional e administrativo, do governo, do legislativo, da herança jurídica, das relações federativas. Define o empreendimento futuro através da estratégia, dos recursos de toda ordem (físicos, financeiros, humanos, tecnológicos, intangíveis) necessários para que se cumpram objetivos, planos, metas, programas, projetos e ações. Estabelece o tempo para que o que foi planejado aconteça. Monitora sua ação para detectar o imprevisto, corrigir rumos ou estabelecer novos caminhos. Utiliza e prioriza a informação como companheira inseparável no procedimento de pensar, agir, refletir e reagir. *Torna o procedimento político uma função coletiva.* (IBGE, 2015, p. 39, itálico nosso).

Passemos então para os indicadores da implantação dos planos de cultura municipais e estaduais, fundos de cultura e instâncias de participação da sociedade

civil.

Tabela 5
Número de Unidades da Federação com Plano, Conselho, Conferência e Fundo de Cultura, segundo a caracterização do órgão gestor – 2014.

Caracterização do órgão gestor	Número de Unidades da Federação				
	Total	Plano de cultura	Conselho de cultura	Conferência de cultura	Fundo de cultura
Secretaria exclusiva	21	3	21	20	19
Secretaria em conjunto	2	-	2	2	2
Órgão da administração indireta	4	-	4	4	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Notamos que, nos estados brasileiros, a maioria possuía secretaria exclusiva de Cultura, Conselho e Fundo de Cultura, além de ter realizado Conferência de Cultura. No entanto, apenas três estados brasileiros possuíam Planos de Cultura Estaduais em 2014: Amazonas, Mato Grosso e Alagoas (o único regulamentado por instrumento legal).

Quanto aos municípios, em 2018, apenas 925 (16,6%) municípios brasileiros possuíam secretaria exclusiva da Cultura ou órgão de administração indireta (geralmente, fundações culturais) de gestão da Cultura. Essa proporção era de 20,9% para o Nordeste e de 20% para Sergipe. Ou seja, percebemos que na maioria dos municípios brasileiros não havia uma estrutura administrativa exclusiva e com autonomia financeira para a gestão da Cultura.

Em 2018, apenas 9,7% dos municípios brasileiros possuíam planos municipais de cultura regulamentados por instrumentos legais. Em Sergipe, apenas dois municípios tinham leis de planos de cultura: Laranjeiras e Estância.

Os Conselhos de Cultura “são espaços públicos de composição plural entre estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e/ou consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas” (IBGE, 2015, p. 74). Em Sergipe, segundo citação abaixo, o Conselho de Cultura Estadual não era paritário entre estado e sociedade civil.

De acordo com a Estadiv 2014, todas as Unidades da Federação tinham Conselho de Cultura, com no mínimo três reuniões realizadas nos doze meses anteriores a pesquisa. Nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e *Sergipe*, a composição dos conselhos tinha maior representação governamental, nos demais a composição era paritária ou tinha maior representação da sociedade civil. Com relação ao caráter dos conselhos, apenas os Estados do Ceará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul não eram consultivos. Os integrantes dos conselhos eram indicados pelo poder público no Rio Grande do Norte, Pernambuco, *Sergipe* e São Paulo. Em 12 Unidades da Federação os conselheiros eram remunerados. (IBGE,

Em 2014, apenas 38,6% dos municípios brasileiros tinham Conselhos de Municipais de Cultura, 32% dos municípios nordestinos e 28% dos municípios sergipanos (21 municípios). Dentre as principais funções destes conselhos encontravam-se, nesta ordem: elaborar e aprovar planos de cultura, propor/avaliar e referendar projetos culturais, e acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos culturais. Em 2018, em Sergipe, apenas em oito municípios os conselheiros municipais de Cultura haviam realizado reuniões de conselho nos doze meses anteriores a pesquisa Munic 2018.

Em 2014, as Conferencias Municipais de Cultura eram previstas por leis municipais em apenas 15,4% dos municípios brasileiros. No entanto, sobre a realização de Conferencias Municipais de Cultura, 50% dos municípios brasileiros e 64,4% dos municípios nordestinos declararam terem realizado conferências no período abrangido pela Munic 2014.

Sobre a existência de Fundos Exclusivos da Cultura, em 2014, no Brasil havia 1.056 (19%) municípios com fundos exclusivos para a Cultura, 264 (14,6%) municípios no Nordeste e apenas cinco municípios em Sergipe (6% dos municípios do estado). Entre as 27 Unidades da Federação, 24 possuíam fundos exclusivos para a Cultura, dos quais, na maioria, o ordenador de despesa era o secretário ou técnico da área. Sergipe era o único estado brasileiro com destinação específica do IPVA para o Fundo Estadual de Cultural³.

■ 51

6. Considerações finais

Como dito, consideramos que o setor público é o propulsor da circulação cultural nas unidades federativas, através, principalmente, de suas políticas de Cultura.

Se políticas envolvem gastos, vimos que os gastos públicos com a Cultura diminuiriam relativamente na última década se compararmos com a inflação.

Se política envolve participação elaborativa, vimos que a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura está muito longe de ser cumprida. Quanto aos conselhos de cultura, nas Unidades Federativas, poucos são paritários entre governo e sociedade civil (inclusive o de Sergipe) e poucos existem nos municípios. A maioria dos municípios brasileiros sequer tem estrutura administrativa exclusiva e com autonomia financeira para a gestão da cultura (fundos de cultura).

Quanto à distribuição dos parques investimentos, uma política que se destaca bastante nos municípios brasileiros é a promoção, fomento ou apoio à cultura popular. Houve uma diminuição de investimentos em bibliotecas públicas e em teatros, um ligeiro aumento de investimentos em centros culturais. Sobre cursos livres promovidos, o teatro fica em quarto lugar abaixo de cursos de artesanato, música e dança. Quanto a financiamento de eventos, voltam-se mais recursos para

³O Fundo de Cultura “é um importante mecanismo de financiamento de projetos e atividades culturais, sendo constituído de dotações orçamentárias do próprio ente federativo, contribuições e aportes de recursos oriundos de outros entes federados, contribuições e doações de setores privados e empresariais, arrecadação de preços públicos e demais ingressos legais” (IBGE, 2015, p. 86).

festas, celebrações tradicionais e populares, e cerca de 30% dos municípios apoiavam montagens teatrais, sendo esta proporção de apenas 12,5% em Sergipe, em 2018.

Também vimos que na maioria dos municípios brasileiros existem grupos de artesanato, manifestações tradicionais populares, dança, música, capoeira e que em 43,4% dos municípios, em 2018, existiam grupos de teatro.

Então, com relação a circulação da produção teatral em Sergipe, notamos que essa linguagem artística está representada através dos grupos teatrais do estado, que, em sua maioria, não recebem apoio financeiro municipal. Percebemos o déficit de investimentos para as montagens teatrais e a manutenção dos teatros e salas de espetáculos, no entanto, nota-se o fomento da linguagem teatral através dos cursos livres patrocinados pelo setor público.

Finalmente, observamos que há uma mudança de enfoque nas publicações do IBGE sobre cultura se compararmos o Suplemento Cultura de 2014 com o Sistema de Informações e Indicadores Culturais de 2018. No Suplemento Cultura, grande importância dava-se ao acompanhamento da implantação do Plano Nacional de Cultura, mostrando informações de controle do processo de elaboração dos planos estaduais e municipais de cultura e das instâncias de participação da sociedade civil (conselhos e conferências) na formulação das políticas culturais. Já no SIIC, o enfoque é dado à análise do setor cultural em termos econômicos, como um setor produtivo que gera bens e serviços que são consumidos.

Sim, a cultura é setor produtivo. Mas, não é um setor considerado essencial em termos econômicos. Então, se seu consumo for estimulado pelo mercado, a indústria cultural buscará formas de circulação com vistas aos lucros econômicos. E, se seu consumo for estimulado através de uma política pública elaborada por todas as categorias de artistas que precisam pensar para além de si, acreditamos que seja possível gerar não lucros, mas sustentos permanentes para que o consumo e a produção de cultura realmente se tornem bem-estar e expressão de uma sociedade.

Referências

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: Cultura: 2014**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. IBGE: Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. IBGE: Rio de Janeiro, 2019 a.

IBGE. SIIC 2007-2018: Setor cultural ocupa 5,2 milhões de pessoas em 2018, tendo movimentado R\$ 226 bilhões no ano anterior. **Agência IBGE Notícias**. 2019 b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26235-siic-2007-2018-setor-cultural-ocupa-5-2-milhoes-de-pessoas-em-2018-tendo-movimentado-r-226-bilhoes-no-ano-anterior>. Acesso em: 20/07/2020, 9:30 a.m.

NERY, Carmen. Participação da cultura no orçamento reduz em todas esferas de governo em 2018.

Agência IBGE Notícias. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26238-participacao-da-cultura-no-orcamento-reduz-em-todas-esferas-de-governo-em-2018>. Acesso em: 20/07/2020, 9:30 a.m.

XAVIER, Diandra Santos Rodrigues; BALTAZAR, Márcia Cristina. Análise do questionário “Perfil/Expectativas/Desejos de alunos do Curso de Licenciatura em Teatro da UFS”. **Relatório final do Projeto de Extensão “Demandas para a Formação em Teatro no Estado de Sergipe”**. Edital PROEX/UFS – PIAEX nº 01/2019 - PLANO INTEGRADO PROJETOS, Programa Avanço Extensão. Julho, 2020.

Recebido em 20/01/2021 - Aprovado em 28/04/2021

Como Citar:

Baltazar, M. C.; Xavier, D. S. R. (2021). Perfil da Cultura (e do Teatro) a partir de dados das administrações públicas (IBGE) – foco no Nordeste e em Sergipe. *OuvirOUver*, 17(1), 39-53. <https://doi.org/10.14393/OUV-v17n1a2021-59095>

■ 53

A revista *ouvirOUver* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.